



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**14/11/2017**

# INDICE

---

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. JUÍZES.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	2
2.2. JUÍZES.....	3 - 4
2.3. ORÇAMENTO.....	5 - 7
2.4. SERVIDOR PÚBLICO.....	8
2.5. VARA CRIMINAL.....	9
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. EVENTOS.....	10
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. AÇÕES TJMA.....	11
4.2. CONVÊNIOS.....	12 - 13
4.3. DECISÕES.....	14
4.4. ESMAM.....	15
4.5. JUÍZES.....	16
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. JUÍZES.....	17
5.2. VARA CRIMINAL.....	18
5.3. VARA DA MULHER.....	19
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. AÇÕES TJMA.....	20 - 22
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. AÇÕES TJMA.....	23
7.2. CONVÊNIOS.....	24
7.3. DESEMBARGADOR.....	25
7.4. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	26
7.5. JUÍZES.....	27 - 28
7.6. OUVIDORIA.....	29
7.7. VARA CRIMINAL.....	30 - 35
7.8. VARA DA FAMÍLIA.....	36



## Justiça decreta prisão preventiva de suspeito de espancar advogada

Foi decretada a prisão preventiva de Lúcio André Genésio, suspeito de violência doméstica contra a advogada Ludmila Rosa Ribeiro da Silva, de 27 anos.

A decisão foi assinada pelo juiz Clésio Coelho Cunha. O pedido de prisão foi protocolado pelo Ministério Público, por meio da promotora Bianka Sekkef Sallem Rocha. O delegado de Polícia Civil, Válber Braga, que arbitrou fiança ao agressor, também deve ser investigado pela Corregedoria a pedido da Justiça.

### ENTENDA O CASO

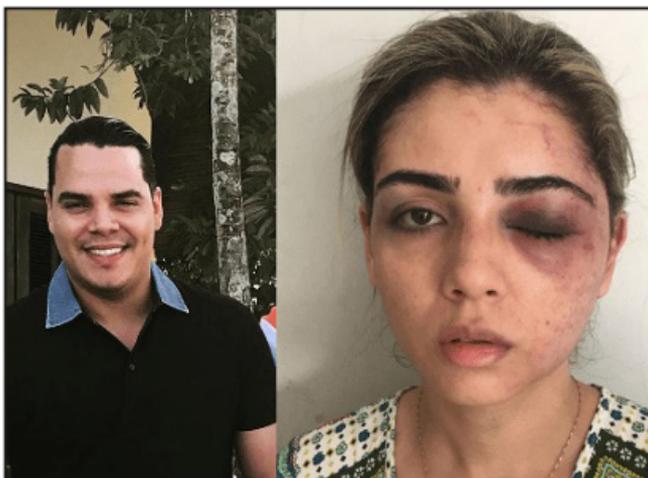
Ludmila e Lúcio saíram para jantar na noite de sábado (11), mas, o que deveria ter sido um

momento de reconciliação, acabou em mais um caso de violência contra mulher.

Segundo informações, por ciúmes, Lúcio pediu a conta e disse que levaria Ludmila até a casa dela, no bairro da Cohama. No caminho, da Lagoa da Jansen, onde estavam, até a casa da vítima, Ludmila sofreu várias agressões físicas.

Ao chegarem na porta da residência da advogada, ela foi expulsa do carro a chutes. Testemunhas chamaram a polícia, e o suspeito foi preso em flagrante.

O caso foi registrado no Plantão do Cohatrac na madrugada de domingo (12). Lúcio André pagou fiança de R\$ 4.685 e foi solto.



Lúcio André e a advogada Ludmila Rosa

# Tribunal de Justiça instala 3ª Vara de Paço do Lumiar

Unidade judicial terá diversas competências, como sucessão e interdição e direito de família

O Tribunal de Justiça do Maranhão instalou, na manhã de ontem a 3ª Vara do Termo Judiciário de Paço do Lumiar, pertencente à Comarca da Ilha de São Luís. A solenidade contou com a presença do presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, e da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, além de magistrados e autoridades.

A nova unidade judicial funcionará no Fórum de Paço do Lumiar (Avenida 15, s/nº - Maiobão) e terá competências como sucessão e interdição, direito de família, Lei Maria da Penha, tribunal do júri, infância e juventude e crimes contra crianças e adolescentes.

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, apontou a satisfação do Poder Judiciário em atender a uma necessidade urgente da população luminense. Ele infor-

mou que o TJMA está realizando processo licitatório para reforma e ampliação do Fórum com o objetivo de abrigar a 3ª Vara, que funcionará temporariamente em espaço adaptado do Salão do Júri.

“Hoje se concretiza uma história que se alongou por vários anos entre criação e instalação da vara”, lembrou o presidente do TJMA.

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, também falou da necessidade urgente de instalação da 3ª Vara, uma iniciativa muito esperada tanto pela população quanto pelos magistrados e servidores, que vêm sobrecarregados com o aumento da demanda processual.

“Concretizamos aqui um ato de melhoria da prestação jurisdicional e de garantia do acesso à Justiça”, avaliou a desembargadora Anildes Cruz.

Durante a instalação, a juíza da 2ª Vara e diretora do Fórum local, Va-

nessa Clementino Sousa, ressaltou o empenho dos gestores do TJMA em atender aos pedidos de criação e instalação da unidade.

O processo de criação e instalação da 2ª Vara foi iniciado em 2011, diante do elevado crescimento populacional do Município de Paço do Lumiar e da urgente necessidade de ampliação da capacidade de atendimento processual.

“Significa uma Justiça mais célere em matérias de alta especialização, atendendo aos anseios da população do município”, frisou a juíza Va-

---

## Unidade funcionará no Fórum de Paço

---

nessa Clementino Sousa.

Na solenidade de instalação da unidade judicial, o presidente do TJMA empossou o juiz Gustavo Henrique Silva Medeiros enquanto titular da 3ª Vara de Paço do Lumiar. Auxiliar de entrância final, o juiz atuou nas comarcas de Timbiras, Barra do Corda e Itapecuru Mirim.

A nova unidade judicial deve ajudar a suprir a demanda do termo judiciário, onde tramitam atualmente mais de 10.500 processos nas duas varas e no Juizado Especial. ●

Divulgação



Caso Ludmila Rosa

## **Agressor de advogada é considerado foragido pela Justiça**

Inquérito policial sobre a lesão corporal grave sofrida pela advogada Ludmila Rosa Ribeiro da Silva vai ser remetido no prazo de 10 dias para a Justiça. **POLÍCIA 3**

# Inquérito de lesão em advogada vai à justiça em 10 dias

Ex-companheiro da vítima tem prisão decretada e é considerado como foragido



Fotos/Reprodução

Advogada Ludmila Ribeiro foi agredida pelo ex-marido, Lúcio Genésio

## SAIBA MAIS

Lúcio André Genésio, no momento da prisão em flagrante, foi acusado de lesão corporal e não havia sido divulgado o resultado do exame de corpo de delito a que a vítima foi submetida no IML. Neste caso, segundo a Justiça, cabe o arbitrar fiança, mas, quando o crime é definido como lesão corporal grave é infiançável.

A delegada titular da Delegacia da Mulher, Wanda Leite, afirmou ontem que o inquérito policial sobre a lesão corporal grave, que teve como vítima a advogada Ludmila Rosa Ribeiro da Silva, de 27 anos, vai ser remetido no prazo de 10 dias para o Poder Judiciário. Segundo a polícia, a advogada foi agredida fisicamente pelo ex-marido, Lúcio André Genésio, no último sábado 11. O acusado chegou a ser preso em flagrante e solto mediante o pagamento de fiança no valor de R\$ 4.685, mas, no domingo, 12, sua prisão foi expedida pelo juiz Clésio Coelho Cunha.

A vítima ontem esteve acompanhada de advogado e familiares à Casa da Mulher, no Jaracati, onde foi ouvida pela delegada Wanda Leite. A delegada declarou que no decorrer desta semana, testemunhas vão depor na Delegacia da Mulher e ainda devem chegar o resultado de exames periciais a que Ludmila Rosa foi submetida no Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga.

A delegada ainda informou que após esses procedimentos o inquérito policial vai ser encaminhado ao Poder Judiciário com a motivação e autoria definida. "Esse inquérito vai ser encaminhado no prazo de 10 dias para a justiça", disse Wanda Leite.

## Mandado de prisão

O juiz plantonista Clésio Coelho Cunha decretou a prisão preventiva de Lúcio André Genésio em virtude de agressões físicas a sua ex-mulher, Ludmila Rosa, a pedido do Ministério Público, por meio da promotora de justiça Bianka Sekker Sallem. O magistrado ainda pediu que a Corregedoria da Polícia Civil pudesse investigar o delegado Valber Braga, que arbitrou a fiança ao acusado.

A vítima revelou ao Ministério Público que foi agredida fisicamente pelo ex-marido várias vezes. Inclusive, um dos casos ocorreu quando a advogada estava grávida e teria ocorrido na cidade de Pinheiro. Neste momento, ela registrou uma ocorrência contra o acusado na delegacia daquele município.

Ela também disse que no último sábado começou a ser espancada desde a Lagoa da Jansen até próximo onde reside, no bairro Cohama, foi expulsa do carro do agressor e teve seu celular quebrado. Após sair do veículo, ela pediu ajudar aos vizinhos e foi acionada a polícia.

A vítima está com várias marcas de violência pelo corpo, principalmente, no rosto e nas costelas. O Estado tentou entrar em contato com o agressor, mas não obteve.

## Nota

Ainda ontem, a Ordem dos Advogados do Brasil da Seccional Maranhão (OAB/MA), enviou uma nota à imprensa, repudiando todo tipo de violência praticada contra as mulheres e se solidarizar com a advogada Ludmila Rosa Ribeiro da Silva. Ela foi vítima de violência moral e física praticada pelo seu ex-companheiro, Lúcio André Genésio, no último final de semana.

Neste caso de violência contra a advogada Ludmila Rosa, a OAB/MA está vigilante e coloca à disposição da vítima a Comissão da Mulher e da Advogada e também a Comissão de Acompanhamento das Vítimas de Violência para que sejam tomadas todas as providências legais e cabíveis para que o ato violento seja submetido aos preceitos legais. É imensurável e inaceitável a violência moral e física em que a profissional em advocacia foi submetida. A ação reflete que a sociedade ainda tem muito a caminhar para garantia plena dos direitos das mulheres. ●

Na CCJ

## Deputados analisam hoje a PEC da Emenda Impositiva

Apreciação ocorre uma semana depois de o deputado Marco Aurélio (PCdoB), vice-líder do Governo Flávio Dino na Assembleia, ter feito pedido de vista da matéria. **POLÍTICA 3**

# CCJ analisa hoje a PEC da Emenda Impositiva na AL

Comissão votará constitucionalidade de proposta após vista do deputado Marco Aurélio, vice-líder do governo Flávio Dino

**RONALDO ROCHA**  
Da editoria de Política

**A** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Assembleia Legislativa do Maranhão apreciará hoje a Proposta de Emenda Constitucional nº 006/2017, de autoria do deputado César Pires (PEN), que torna obrigatória ao Governo do Estado a execução das emendas indicadas por deputados estaduais. A peça ficou conhecida como PEC da Emenda Impositiva.

A apreciação ocorre uma semana depois de o deputado estadual Marco Aurélio (PCdoB), vice-líder do Governo Flávio Dino (PCdoB) na Assembleia Legislativa, ter feito pedido de vista da matéria.

Desde a apresentação da peça, o Palácio dos Leões tem manobrado para tentar frear a tramitação. Apesar de ter sido publicada no Diário Oficial no início de outubro, a PEC sequer recebeu parecer da CCJ.

Com a regra constitucional atual-

mente em vigor, o chefe do Executivo mantém poder de barganha como influência na relação que mantém com deputados estaduais.

Por isso, cabe tão somente ao governador do Estado decidir pela liberação ou não das emendas parlamentares, e escolher quais deputados são ou não beneficiados com os recursos.

Se a matéria for aprovada, contudo, o chefe do Executivo fica obrigado, por força da lei, a liberar as emendas parlamentares.

## **Crítica**

Autor da matéria, César Pires criticou a postura da CCJ na condução da matéria. Ele lembrou que o colegiado tem protelado e já deixou de respeitar prazo regimental para apreciação da matéria.

“A CCJ tem cometido pecados irreparáveis na condução desta matéria. O regimento interno estabelece um prazo de 20 dias para que o projeto, depois de publicado, receba parecer da comissão. Mas até hoje [ontem] isso não ocorreu”, disse.

Pires também apontou a desva-

lorização da Casa no processo.

“A comissão iria votar a matéria na semana passada, mas houve pedido de vista do deputado Marco Aurélio. Até ali a justificativa para a não apreciação era de que a comissão não tinha se reunido. Ocorre que a Assembleia prioriza projetos do Executivo e do Judiciário, e da até parecer em Plenário. Mas, quando o benefício é para a própria Casa, não há avanço”, criticou.

Em 2015, quando Pires apresentou pela primeira vez a proposta, o governador Flávio Dino, segundo a sua liderança no Legislativo, pediu para que a sua base não aprovasse a PEC, até que fosse organizada a máquina estadual.

Naquele mesmo ano, Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 86, de mesmo teor, e que obriga o Governo Federal a liberar até 1,2% da receita corrente líquida (RCL) do ano anterior para as emendas apresentadas por parlamentares.

Do montante, 50%, ou seja, 0,6% do valor permitido, são aplicados na área de saúde.

## Governista afirma que Casa avançou sobre o tema

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), deputado Marco Aurélio (PCdoB), vice-líder do Governo na Assembleia Legislativa, afirmou que a Casa “já avançou” sobre a Proposta de Emenda Constitucional nº 006/2017. Ele explicou que a matéria deixou de ser votada na semana passada em decorrência de um pedido de vista – de sua autoria –, junto ao colegiado, e assegurou que a peça estará na pauta de hoje.

Apesar disso, não há garantias de que a PEC será, de fato, apreciada durante a reunião. Isso porque há necessidade de quórum regimental.

## Governistas não querem aprovação da proposta

“A comissão avançou na deliberação e a matéria, que já estava na pauta da reunião da semana anterior, foi adiada para amanhã [hoje] devido ao pedido de vistas. Amanhã entrará na pauta e se tivermos quórum para a deliberação, será votada”, disse.

A reunião da CCJ e a apreciação da matéria deve ocorrer antes da sessão ordinária, que começa às 9h30. ●

## SAIBA MAIS

### Comunista atua como relator

O deputado Levi Pontes (PCdoB) é o relator da PEC da Emenda Impositiva na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na última sessão ordinária do mês de outubro, quando César Pires (PEN) ocupou a tribuna da Casa para cobrar apreciação da peça no colegiado, Pontes justificou o atraso com a argumentação de que os membros da CCJ ainda não haviam se reunido após a publicação do texto no Diário Oficial. Depois disso, o comunista não se pronunciou mais sobre a peça.



Divulgação

César Pires acompanha discussão sobre a constitucionalidade da PEC da emenda impositiva na CCJ da AL

# Flávio Dino remaneja cargos recém-criados para o Iprev

Governador comunista baixou decreto e determinou o remanejamento dos cargos do instituto, criado há menos de um mês, para a Secretaria de Governo

**RONALDO ROCHA**  
Da editoria de Política

O deputado estadual Eduardo Braide (PMN) denunciou ontem, na tribuna da Assembleia Legislativa, uma manobra do Governo do Estado que consiste no remanejamento de cargos do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão (IPREV), criados recentemente, para a estrutura da Secretaria de Estado de Governo (Segov).

De acordo com Braide, trata-se de uma manobra do Poder Executivo para a utilização política de cargos.

“Esta Casa criou 63 cargos em comissão somente para o Iprev e 39 cargos em comissão para o Conselho de Administração do Funben, mais de 100 cargos. Sabe o que aconteceu? Os cargos ainda não foram nem ocupados, nem nomeados e denunciamos desta tribuna que seriam cargos para serem utilizados politicamente. Por meio do Decreto n.º 33.592, de 8 de novembro de 2017, diz o seguinte, o excelentíssimo senhor governador: ‘remaneja cargos comissionados da estrutura do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado, Iprev, para a Secretaria de Estado de Governo, Segov’”, disse.

Ao todo, segundo o decreto apresentado na tribuna por Eduardo Braide, foram 24 cargos recém-criados remanejados para a Segov.

“Foram 12 cargos de assessor sênior, simbologia DAS-1; 6 cargos de assessor júnior, simbologia DAS-2; 6 cargos de assessor técnico, simbologia DAS-3. São 24 cargos, senhoras e senhores deputados, que foi aprovado por esta Casa e que o governador não esperou nem a implantação do Iprev. Antes mesmo, ele não aguentou, deve ter sido tanta pressão que ele recebeu dos seus aliados políticos que ele já remanejou 24 cargos em comissão para poder fazer política com dinheiro público. E aí, senhoras e senhores deputados, tem o ditado que diz: ‘há males que vem para o bem’. E esse novo projeto de lei complementar encaminhado pelo governador nos dará a oportunidade de rediscutir o projeto do Iprev”, completou.

## Polêmica

A Assembleia Legislativa aprovou no mês de outubro, o Projeto de Lei Complementar 007/2017, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação do IPREV, sob a forma de autarquia estadual,

vinculado à Secretaria de Gestão e Previdência (Segep).

O projeto do Iprev havia provocado polêmica entre a bancada de oposição e a base governista desde a sua apresentação, no início do segundo semestre, em decorrência da retirada de representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, do Poder Legislativo e da Polícia Militar da unidade gestora do regime da previdência estadual.

Havia também a expectativa de inclusão de representante do Tribunal de Contas na estrutura do órgão, o que não ocorreu. ●

## OUTRO LADO

### Governo não respondeu

O Estado entrou em contato com a Secretaria de Estado da Comunicação e Assuntos Políticos para obter um posicionamento em relação ao remanejamento de cargos. Até o fechamento desta edição, contudo, não obteve retorno.

# Um ano após morte de Mariana Costa, acusado não foi julgado

Ex-cunhado da vítima está preso em Pedrinhas, aguardando julgamento, e há possibilidade de ter uma pena de 60 anos de prisão, por causa da tipificação dos crimes os quais é acusado de ter cometido

A morte da publicitária Mariana Menezes de Araújo Costa, de 33 anos, completou um ano ontem. De acordo com a polícia, ela foi violentada sexualmente e morta por asfixia dentro do seu apartamento, no Turu, tendo como acusado, o ex-cunhado Lucas Leite Ribeiro Porto, de 33 anos.

O crime brutal ganhou ampla repercussão e ainda no mês de novembro o acusado foi preso e conduzido à sede da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP), no Centro. As imagens das câmeras do circuito de TV do condomínio da vítima mostraram Lucas Porto correndo pelas escadas no horário do crime.

## As penas

O promotor de Justiça, Gilberto Câmara França Júnior, da 28ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís, protocolou a denúncia contra Lucas Porto, pelos crimes de estupro e homicídio qualificado



Reprodução



Paulo Soares

Mariana Costa foi morta pelo ex-cunhado Lucas Porto em seu apartamento, no bairro Turu, há um ano

contra Mariana. Ele pode ser condenado a até 60 anos de prisão.

No caso de homicídio simples, a pena varia de seis a 20 anos de reclusão. Houve ainda quatro qualificadoras: morte por asfixia; causada por recurso que dificultou ou impossibilitou a defesa da vítima; praticado para ocultar ou

tro crime (estupro) e feminicídio. Neste caso, a pena sobe para até 30 anos. Já para estupro, a pena é de seis a 10 anos de reclusão, mas, se caso resultar em morte da vítima, pode ser ampliada para até 30 anos.

O processo está tramitando na 4ª Vara do Juri, que tem como juiz

titular José Ribamar Goulart Heluy Júnior. A data do julgamento ainda não foi marcada pelo fato de estar sendo aguardado o resultado de exames psiquiátricos a que o acusado foi submetido no Hospital Nina Rodrigues, no Monte Castelo, por determinação judicial. ●

# BateRebate

## GESTÃO DOCUMENTAL

Estão abertas as inscrições para o II Seminário de Informação e Documentação Jurídicas do Maranhão (SEDIJur/MA), que será realizado de 5 a 7 de dezembro, no Fórum de São Luís (Calhau). Nesta edição, o encontro tratará sobre a segurança e preservação da informação e documentação jurídicas nas organizações.

O evento bienal é promovido pelo Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão e o Conselho Regional de Biblioteconomia (13ª Região) e tem o apoio do Poder Judiciário e instituições públicas e privadas que atuam nas áreas de gestão documental, memória institucional e serviços de informação na área jurídica.

O seminário é destinado aos bibliotecários, arquivistas, historiadores, advogados, profissionais de tecnologia da informação e áreas afins; alunos dos cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de Biblioteconomia, História, Direito, Arquivologia, Tecnologia da Informação e similares. As inscrições podem ser feitas seguindo as instruções contidas no site do evento: [www.sedijur.com.br](http://www.sedijur.com.br).

**SUBMISSÃO DE TRABALHOS** - Profissionais que pretendam divulgar suas pesquisas e projetos de intervenção desenvolvidos nas instituições de atuação, além de exposições de produtos e serviços de empresas nas áreas de bibliotecas, arquivos e outros serviços de gestão de documentos e informação, têm até 20 de novembro para submeter suas produções. As NORMAS para inscrição de trabalhos (até dois pôsteres) estão disponíveis em [www.sedijur.com.br/normas](http://www.sedijur.com.br/normas). Os participantes que se inscreverem na categoria “estudante” deverão comprovar a sua condição com uma declaração.

A coordenadora-geral do evento, professora-doutora Leoneide Maria Brito Martins, analista bibliotecária do Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, explica que o seminário é interdisciplinar e objetiva discutir questões relevantes, promovendo a comunicação e o intercâmbio de experiências. “É um espaço de incentivo a pesquisas e projetos de intervenção institucional, que contribuam para os avanços necessários nesse campo profissional em franca expansão”, complementa.

## PROGRAMAÇÃO

# Atividades de combate ao feminicídio

Para somar às reflexões em torno do Dia Estadual de Combate ao Feminicídio (13 de novembro), o Governo do Estado promove uma série de atividades, em campanha que começa no próximo dia 20 e prossegue até 6 de dezembro.

“Há um firme compromisso da gestão em promover políticas afirmativas. São ferramentas de combate à violência doméstica, protegendo a mulher, na garantia do cumprimento das leis em vigor”, avalia a secretária de Estado da Mulher (Semu), Terezinha Fernandes. A campanha tem como tema central ‘A violência contra a mulher deixa muitas marcas, o feminicídio é a pior delas’. Na programação, debates, palestras, serviços e apresentação das ações de Governo.

No cumprimento da Lei do Feminicídio, a gestão implantou o Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) para orientar profissionais da segurança pública e justiça, a fim de garantir punição adequada aos autores e reparação às vítimas e familiares.

Além da Semu, polícias Civil e Militar e secretarias de Estado de Segurança Pública (SSP-MA), Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) compõem o grupo, que também é formado por Ministério Público Estadual (MPE), Tribunal de Justiça do Estado (TJMA) e Defensoria Pública, além da sociedade civil.

Entre os dias 10 e 13 deste mês, a Semu promoveu I Semana de Combate ao Feminicídio com o tema ‘Quem silencia, dá voz à violência’. Na programação, apresentação de dança, ofi-



cina de defesa pessoal, caminhada, ato-show e audiência na Assembleia Legislativa com presença de familiares e amigos de vítimas do feminicídio.

## Segurança

Reforçando as políticas de proteção à mulher, o Governo do Estado criou a Coordenadoria das Delegacias de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Codevim) e o Departamento de Feminicídio.

As instituições integram a estrutura da SSP-MA e foram criadas em 8 março, em alusão ao Dia Internacional da Mulher. O foco é reunir estatísticas, qualificar o atendimento à mulher vítima de violência, dar suporte às Delegacias da Mulher no estado e intermediar processos junto aos demais órgãos da segurança.

“O objetivo de toda esta es-

trutura é melhorar e qualificar o atendimento à mulher, para que cada vez mais ela se sinta acolhida e seja atendida adequadamente”, diz a titular da Codevim, delegada Kazumi Tanaka. Também formam a estrutura de atendimento as Delegacias da Mulher na capital e regionais distribuídas em municípios do interior do estado.

## Legislação

A Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015) sancionada pela então presidente Dilma Rousseff define feminicídio como assassinato de mulheres fruto de violência doméstica ou discriminação de gênero. A norma altera o Código Penal brasileiro e torna o assassinato de mulheres um crime hediondo, estabelecendo penas mais rígidas que podem chegar até 30 anos de prisão.

## SAÚDE

Na área de saúde, a Semu presta atendimento especializado por meio da Carreta da Mulher, que percorre todo o Maranhão com consultas de clínica geral, teste de glicemia, mamografia, preventivo, aferição de pressão arterial, testes rápidos de HIV sífilis, de hepatites B e C e palestras sobre a Lei Maria da Penha. O Departamento de Atenção à Saúde da Mulher, da Secretaria de Estado de Saúde (SES), coordena os atendimentos a este público e interage com os demais órgãos estaduais.

## SERVIÇO

# Parceria firmada entre Corregedoria e município de São Luís

A partir de agora, os usuários da Justiça que necessitam dos serviços cartorários em relação ao pagamento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) junto ao município de São Luís poderão obter certidão de pagamento desse e de outros impostos municipais em link disponibilizado pelo município no site da Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz). A ação é fruto de parceria efetivada entre a CGJ e o município por meio do Núcleo de Aprimoramento Extrajudicial (NAE), criado pela desembargadora Anildes Chaves Cruz, corregedora-geral da Justiça.

A ação da Corregedoria visa ain-

da facilitar a interlocução entre as serventias extrajudiciais, municipalidade e contribuintes. A corregedora Anildes Cruz autorizou a emissão de comunicação a todos os cartorários do Município de São Luís, em especial os titulares dos Serviços de Notas e Registro de Imóveis, para participarem de reunião no próximo dia 23, no auditório da Prefeitura de São Luís, para apresentação do sistema expedição das certidões do ITBI, e troca de informações entre os cartórios e a Semfaz.

“O aprimoramento dos serviços cartorários do Estado, com um

atendimento de excelência ao público tem sido um dos objetivos centrais do nosso trabalho à frente da Corregedoria Geral da Justiça nestes dois anos, e o Núcleo de Aprimoramento Extrajudicial foi criado como estratégia para implementar tais ações em âmbito do extrajudicial”, informou Anildes Cruz.

Segundo a juíza Sara Gama, coordenadora das Serventias Extrajudiciais, a disponibilidade desse serviço de forma eletrônica, na internet, constitui avanço importante rumo à consolidação do acesso aos serviços de cartórios e fazenda

municipal de forma ágil, evitando deslocamento e burocracias desnecessárias”, frisou a magistrada.

De acordo com o art. 205 da Consolidação das Leis Tributárias do Município – CLTM (Decreto nº 33.144, de 28.12.2007), o ITBI tem como fato gerador: (a) Transmissão onerosa, a qualquer título, da propriedade ou domínio útil de bens imóveis por natureza ou acessão física; e (b) Transmissão a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia; (c) Cessão de direitos relativos às transmissões referidas anteriormente.



**No último dia 31 de outubro, foi realizada reunião com representantes da Prefeitura de São Luís e cartorários na CGJ**

# BASTIDORES

Raimundo Borges  
bastidores@oimparcial.com.br



## Novela pastelão

A novela do entra e sai de Zé Vieira na Prefeitura de Bacabal virou um enredo de péssimo conteúdo e de custos elevados para a população. Por três vezes, o prefeito eleito em 2016, Zé Vieira, vem sendo derrubado e retornado ao posto por juízes e desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão. Pior de tudo: o rolo é pesado e ainda tem combustível para gastar.

## **Esmam Cultural**

- Vem aí a 10ª edição do projeto Esmam Cultural, mostra de talentos que reúne produções de magistrados e servidores do Judiciário e integra o calendário anual da instituição de ensino judicial.
- O evento, aberto ao público, vai acontecer às 17h, do próximo dia 1º de dezembro, no Fórum de São Luís, no Calhau.
- Neste ano, a “Galeria Prata da Casa” vai expor 25 produções, com destaque para música (9), poesia (8), fotografia (7) e pintura (1), entre outras manifestações culturais.

## Decretada prisão de homem que agride ex-companheira

O juiz Clésio Coelho Cunha, respondendo pelo plantão judiciário criminal da Comarca da Ilha de São Luís, recebeu 62 processos durante o plantão de uma semana, encerrado na manhã desta segunda-feira (13), relativos à violência doméstica contra a mulher, roubo, tráfico de drogas, latrocínio e homicídios. No fim de semana, o magistrado decretou a prisão preventiva de três pessoas e realizou audiências de custódia de presos. Do total de processos recebidos, sete foram encaminhados para a Central de Inquéritos e Custódia de São Luís.

Entre as prisões preventivas decretadas pelo juiz está a de **Lúcio André Silva Soares Genésio (foto)**, 34 anos, por agredir fisicamente a ex-companheira com quem tem um filho de 1 ano e 6 meses. O casal estava separado, mas tentava uma reconciliação. Ele foi preso em



flagrante no início da madrugada de domingo (12), no plantão de polícia do Cohatrac e, após pagar fiança arbitrada pelo delegado plantonista, foi solto. No domingo pela manhã, a delegacia comunicou ao juiz e ao Ministério Público a prisão e a soltura do conduzido. À noite, a promotora de Justiça, respondendo pelo plantão do MP, Bianca Sekkef Sallem, representou pela revo-

gação da fiança e pela prisão do acusado. O magistrado acolheu o pedido da promotoria e decretou a prisão.

Na decisão judicial, Clésio Cunha considerou a repercussão social do caso, o fato de Lúcio André Silva Soares ser reincidente em violência contra a mesma vítima e também pelo fato de que o acusado deveria cumprir medida cautelar por crime praticado contra a ex-companheira (medida protetiva de urgência), em processo que responde na Comarca de Pinheiro (MA).

Conforme consta na representação do Ministério Público, no início da madrugada de domingo (12), a vítima foi agredida desde a Lagoa da Jansen até próximo à sua residência, na Cohama, onde o autor das agressões fez a ex-companheira descer do carro que ele dirigia. Consta também que, logo depois, o acusado retornou ao

local, colocou a vítima no carro novamente e a levou para dentro do condomínio onde ela mora, continuando as agressões. A mulher conseguiu sair do veículo, gritar e foi socorrida por alguns moradores. Policiais militares chegaram ao local e efetuaram a prisão do acusado, conduzindo-o para o plantão da Delegacia do Cohatrac.

**Mais prisões** - durante o plantão judiciário, Clésio Coelho Cunha converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva de Josué Oliveira, por tráfico de drogas. No momento em que foi preso, na noite de sexta-feira (10), o acusado estava com 700g de maconha e crack e usava tornozeleira eletrônica, também por tráfico de drogas. O juiz também converteu em preventiva a prisão em flagrante de Pedro Santos da Silva pela prática de latrocínio, na região de Mocajituba, na noite de quinta-feira (9).

# Justiça decreta prisão preventiva de acusado de agredir ex-companheira

Divulgação



## **Lúcio André está sendo procurado**

**São Luís** - Foi decretada a prisão preventiva de Lúcio André Genésio por violência doméstica, pela segunda vez, contra a ex-mulher, a advogada Ludmila Rosa Ribeiro da Silva. Ele chegou a ser preso, mas foi colocado em liberda-

de, através de pagamento de fiança, arbitrada pelo delegado Valber do Socorro Braga.

A decisão de decretar a prisão do acusado é do juiz Clésio Coelho Cunha, durante o Plantão Criminal em São Luís. Ele atendeu ao pedido da promotora Bianka Sekkef Sallem Rocha.

A soltura do irmão do prefeito de Pinheiro causou revolta.

**O caso** - De acordo com informações do boletim de ocorrência, Ludmila teria saído para jantar com Lúcio na noite em que foi espancada. A princípio, os dois iriam se reconciliar, mas a noite terminou com violência e tentativa de atropelamento.

O casal jantava em um restaurante na Lagoa da Jansen, quando Lúcio teria pedido a conta e dito que levaria a vítima para a casa onde mora, na Cohama. Com ciúmes, o sus-

peito pediu que Ludmila lhe entregasse o celular, onde ele acreditava que ela teria conversas amorosas com outros homens.

Durante o caminho, Ludmila sofreu seguidas agressões físicas, que lhe renderam hematomas e um olho roxo. Ela foi expulsa do carro a chutes.

O suspeito teria, ainda, tentado atropelar a vítima, mas foi detido por vizinhos, que o impediram e o renderam até a chegada da polícia.

Esta não é a primeira vez que Lúcio André é acusado de espancar a companheira. Em janeiro de 2016, um boletim de ocorrência registrado pela mesma vítima, a advogada Ludmila Rosa Ribeiro da Silva, apontava que Lúcio havia praticado outras agressões físicas graves. Na época, Ludmila estava grávida havia alguns meses, mas a gravidez não impediu a violência.

# Julgamento de policiais militares é adiado por falta de promotor

Divulgação



**Policiais Dauvane Silva e Helenilson Borges tiveram julgamento adiado**

O julgamento dos policiais militares Dauvane Sousa Silva e Helenilson Pereira Borges estava marcado para essa segunda-feira, no salão do júri João Batista Lopes, localizado no Fórum Henrique de La Rocque, e foi adiado.

A sessão do Tribunal do Júri chegou a ser aberta pelo juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, titular da 2ª Vara da Família e que está respondendo pela 1ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz. Entretanto, pela falta de um promotor de justiça, a sessão foi encerrada e o julgamento adiado. Os dois policiais e a defesa, que está a cargo do advogado criminal Oziel Vieira, estavam presentes. O juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto disse que o dono da ação é o promotor de justiça e não há julgamento sem essa autoridade.

Em nota, o Ministério Público explicou os motivos pelos quais a sessão do Júri foi adiada. A nova data não foi informada, só que o júri será feito em outra cidade, “de preferência para a capital, onde o júri não sofra pressão nem retaliações por parte da corporação da Polícia Militar”.

O juiz disse que vai esperar que a Procura-

doria Geral de Justiça designe um novo promotor para o processo. A princípio, seria o promotor Carlos Róstão, o dono da ação, mas este disse que não era competência dele, e sim do promotor Carlos Augusto, que também alegou incompetência para o julgamento.

Ontem, o Ministério Público do Maranhão emitiu uma nota de esclarecimento sobre o caso. Confira:

## “Nota de Esclarecimento

O Ministério Público do Maranhão esclarece que a sessão do Júri a ser realizada nesta segunda, 13 de novembro, cujo réu é Dauvane Sousa Silva, não foi realizada por pedido de adiamento feito pelo MPMA.

O MPMA entende que a pressão feita pela corporação da Polícia Militar através de mensagens feitas pelo réu em programa de TV pedindo apoio para sua absolvição e grande repercussão da mesma mensagem em redes sociais, além de nota do coronel Ilmar, comandante do 3º Batalhão da Polícia Militar de Imperatriz, convocando os policiais militares a participar do julgamento do réu, o júri pode se sentir coagido pela pressão feita pelos policiais e não agir com imparcialidade.

Por tais motivos, ainda na sexta, 10 de novembro, o Ministério Público do Maranhão fez um pedido de adiamento do júri com deslocamento para outra cidade, de preferência para a capital, onde o júri não sofra pressão nem retaliações por parte da corporação da Polícia Militar.

# Governo promove ações de combate ao feminicídio até 1º de dezembro

Para somar às reflexões em torno do Dia Estadual de Combate ao Feminicídio (13 de novembro), o Governo do Estado promove uma série de atividades, em campanha que começa no próximo dia 20 e prossegue até 6 de dezembro.

"Há um firme compromisso da gestão em promover políticas afirmativas. São ferramentas de combate à violência doméstica, protegendo a mulher, na garantia do cumprimento das leis em vigor", avalia a secretária de Estado da Mulher (SEMU), Terezinha Fernandes.

A campanha tem como tema central 'A violência contra a mulher deixa muitas marcas, o feminicídio é a pior delas'. Na programação, debates, palestras, serviços e apresentação das ações de Governo.

## Políticas públicas

No cumprimento da Lei do Feminicídio, a gestão implantou o Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) para orientar profissionais da segurança pública e justiça, a fim de garantir punição adequada aos autores e reparação às vítimas e familiares.

Além da SEMU, polícias Civil e Militar e secretarias de Estado de Segurança Pública (SSP-MA), Direitos Humanos

e Participação Popular (Sedihpop) compõem o grupo, que também é formado por Ministério Público Estadual (MPE), Tribunal de Justiça do Estado (TJMA) e Defensoria Pública, além da sociedade civil.

Entre os dias 10 e 13 deste mês, a SEMU promoveu a I Semana de Combate ao Feminicídio com o tema 'Quem silencia, dá voz à violência'. Na programação, apresentação de dança, oficina de defesa pessoal, caminhada, ato-show e audiência na Assembleia Legislativa com presença de familiares e amigos de vítimas do feminicídio.

## Saúde

Na área de saúde, a SEMU presta atendimento especializado por meio da Carreta da Mulher, que percorre todo o Maranhão com consultas de clínica geral, teste de glicemia, mamografia, preventivo, aferição de pressão arterial, testes rápidos de HIV sífilis, de hepatites B e C e palestras sobre a Lei Maria da Penha.

O Departamento de Atenção à Saúde da Mulher, da Secretaria de Estado de Saúde (SES), coordena os atendimentos a este público e interage com os demais órgãos estaduais.

Divulgação



## A Carreta da Mulher está entre as ações implantadas pela atual gestão

### Segurança

Reforçando as políticas de proteção à mulher, o Governo do Estado criou a Coordenadoria das Delegacias de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Codevim) e o Departamento de Feminicídio.

As instituições integram a estrutura da SSP-MA e foram criadas em 8 de março, em alusão ao Dia Internacional da Mulher.

O foco é reunir estatísticas, qualificar o atendimento à mulher vítima de violência, dar suporte às Delegacias da Mulher no estado e intermediar processos junto aos demais órgãos da segurança.

"O objetivo de toda esta estrutura é melhorar e qualificar o atendimento à mulher, para que cada vez mais ela se sinta

acolhida e seja atendida adequadamente", diz a titular da Codevim, delegada Kazumi Tanaka.

Também formam a estrutura de atendimento as Delegacias da Mulher na capital e regionais distribuídas em municípios do interior do estado.

### Legislação

A Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015) sancionada pela então presidente Dilma Rousseff define feminicídio como assassinato de mulheres fruto de violência doméstica ou discriminação de gênero.

A norma altera o Código Penal brasileiro e torna o assassinato de mulheres um crime hediondo, estabelecendo penas mais rígidas que podem chegar até 30 anos de prisão.

## **Governo promove ações de combate ao feminicídio até 1º de dezembro**



# Governo promove ações de combate ao feminicídio até 1º de dezembro

Para somar às reflexões em torno do Dia Estadual de Combate ao Feminicídio (13 de novembro), o Governo do Estado promove uma série de atividades, em campanha que começa no próximo dia 20 e prossegue até 6 de dezembro.

"Há um firme compromisso da gestão em promover políticas afirmativas. São ferramentas de combate à violência doméstica, protegendo a mulher, na garantia do cumprimento das leis em vigor", avalia a secretária de Estado da Mulher (SEMU), Terezinha Fernandes.

A campanha tem como tema central 'A violência contra a mulher deixa muitas marcas, o feminicídio é a pior delas'. Na programação, debates, palestras, serviços e apresentação das ações de Governo.

## Políticas públicas

No cumprimento da Lei do Feminicídio, a gestão implantou o Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) para

orientar profissionais da segurança pública e justiça, a fim de garantir punição adequada aos autores e reparação às vítimas e familiares.

Além da SEMU, polícias Civil e Militar e secretarias de Estado de Segurança Pública (SSP-MA), Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) compõem o grupo, que também é formado por Ministério Público Estadual (MPE), Tribunal de Justiça do Estado (TJMA) e Defensoria Pública, além da sociedade civil.

Entre os dias 10 e 13 deste mês, a SEMU promoveu I Semana de Combate ao Feminicídio com o tema 'Quem silencia, dá voz à violência'. Na programação, apresentação de dança, oficina de defesa pessoal, caminhada, ato-show e audiência na Assembleia Legislativa com presença de familiares e amigos de vítimas do feminicídio.

**Saúde** - Na área de saúde, a SEMU presta atendimento especializado por

meio da Carreta da Mulher, que percorre todo o Maranhão com consultas de clínica geral, teste de glicemia, mamografia, preventivo, aferição de pressão arterial, testes rápidos de HIV sífilis, de hepatites B e C e palestras sobre a Lei Maria da Penha.

O Departamento de Atenção à Saúde da Mulher, da Secretaria de Estado de Saúde (SES), coordena os atendimentos a este público e interage com os demais órgãos estaduais.

**Segurança** - Reforçando as políticas de proteção à mulher, o Governo do Estado criou a Coordenadoria das Delegacias de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Codevim) e o Departamento de Feminicídio.

As instituições integram a estrutura da SSP-MA e foram criadas em 8 março, em alusão ao Dia Internacional da Mulher.

O foco é reunir estatísticas, qualificar o atendimento

à mulher vítima de violência, dar suporte às Delegacias da Mulher no estado e intermediar processos junto aos demais órgãos da segurança.

"O objetivo de toda esta estrutura é melhorar e qualificar o atendimento à mulher, para que cada vez mais ela se sinta acolhida e seja atendida adequadamente", diz a titular da Codevim, delegada Kazumi Tanaka.

Também formam a estrutura de atendimento as Delegacias da Mulher na capital e regionais distribuídas em municípios do interior do estado.

**Legislação** - A Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015) sancionada pela então presidente Dilma Rousseff define feminicídio como assassinato de mulheres fruto de violência doméstica ou discriminação de gênero.

A norma altera o Código Penal brasileiro e torna o assassinato de mulheres um crime hediondo, estabelecendo penas mais rígidas que podem chegar até 30 anos de prisão.



# Governo promove ações de combate ao feminicídio até 1º de dezembro

Para somar às reflexões em torno do Dia Estadual de Combate ao Feminicídio (13 de novembro), o Governo do Estado promove uma série de atividades, em campanha que começa no próximo dia 20 e prossegue até 6 de dezembro.

“Há um firme compromisso da gestão em promover políticas afirmativas. São ferramentas de combate à violência doméstica, protegendo a mulher, na garantia do cumprimento das leis em vigor”, avaliou a secretária de Estado da Mulher (Semu), Terezinha Fernandes.

A campanha tem como tema central ‘A violência contra a mulher deixa muitas marcas, o feminicídio é a pior delas’. Na programação, debates, palestras, serviços e apresentação das ações de Governo.

Políticas públicas  
No cumprimento da Lei do Feminicídio, a gestão implantou o Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) para

orientar profissionais da segurança pública e justiça, a fim de garantir punição adequada aos autores e reparação às vítimas e familiares.

Além da Semu, polícias Civil e Militar e secretarias de Estado de Segurança Pública (SSP-MA), Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) compõem o grupo, que também é formado por Ministério Público Estadual (MPE), Tribunal de Justiça do Estado (TJMA) e Defensoria Pública, além da sociedade civil. Entre os dias 10 e 13 deste mês, a Semu promoveu a I Semana de Combate ao Feminicídio com o tema ‘Quem silencia, dá voz à violência’. Na programação, apresentação de dança, oficina de defesa pessoal, caminhada, ato-show e audiência na Assembleia Legislativa com presença de familiares e amigos de vítimas do feminicídio.

Saúde  
Na área de saúde, a Semu presta

atendimento especializado por meio da Carreta da Mulher, que percorre todo o Maranhão com consultas de clínica geral, teste de glicemia, mamografia, preventivo, aferição de pressão arterial, testes rápidos de HIV sífilis, de hepatites B e C e palestras sobre a Lei Maria da Penha. O Departamento de Atenção à Saúde da Mulher, da Secretaria de Estado de Saúde (SES), coordena os atendimentos a este público e interage com os demais órgãos estaduais.

## SEGURANÇA

Reforçando as políticas de proteção à mulher, o Governo do Estado criou a Coordenadoria das Delegacias de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Codevim) e o Departamento de Feminicídio. As instituições integram a estrutura da SSP-MA e foram criadas em 8 março, em alusão ao Dia Internacional da Mulher.

O foco é reunir estatísticas, qualificar o atendimento à mulher vítima de violência, dar suporte às Delegacias da Mulher no estado e intermediar processos junto aos demais órgãos da segurança.

Também formam a estrutura de atendimento as Delegacias da Mulher na capital e regionais distribuídas em municípios do interior do estado.

## LEGISLAÇÃO

A Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015) sancionada pela então presidente Dilma Rousseff define feminicídio como assassinato de mulheres fruto de violência doméstica ou discriminação de gênero. A norma altera o Código Penal brasileiro e torna o assassinato de mulheres um crime hediondo, estabelecendo penas mais rígidas que podem chegar até 30 anos de prisão.

## **Emissão eletrônica de ITBI está disponível no site da Semfaz**

A partir de agora os usuários da Justiça que necessitam dos serviços cartorários em relação ao pagamento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) junto ao Município de São Luís, poderão obter certidão de pagamento desse e de outros impostos municipais em link disponibilizado pelo município no site da Secretaria Municipal da Fazenda (SEMFAZ). A ação é fruto de parceria efetivada entre a CGJ e o município por meio do Núcleo de Aprimoramento Extrajudicial – NAE, criado pela desembargadora Anildes Chaves Cruz, corregedora-geral da Justiça. A ação da Corregedoria visa ainda facilitar a interlocução entre as serventias extrajudiciais, municipalidade e contribuintes. A corregedora Anildes Cruz autorizou a emissão de comunicação a todos os cartorários do Município de São Luís, em especial os titulares dos Serviços de Notas e Registro de Imóveis, para participarem de reunião no próximo dia 23, no auditório da Prefeitura de São Luís, para apresentação do sistema expedição das certidões do ITBI, e troca de informações entre os cartórios e a SEMFAZ. A consulta ao ITBI já está disponível no site da Secretaria Municipal da Fazenda, [ww.semfaz.saoluis.ma.gov.br](http://ww.semfaz.saoluis.ma.gov.br).

## Informe JP

### **Reclamação Disciplinar**

O presidente da Câmara de Bacabal, vereador Edvan Brandão de Farias (PSC), fez uma Reclamação Disciplinar na corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra as desembargadoras Nelma Sarney e Cleonice Freire.

O vereador manifestou seu 'estranhamento' em relação às decisões judiciais de Nelma e Cleonice, favoráveis ao prefeito eleito de Bacabal, José Vieira Lins (PP), que venceu as eleições de 2016, mas desde então tem sua posse contestada, por já ter sido condenado por improbidade administrativa. (Com O Informante)

## Informe JP

### Miudinhas

- Estão abertas as inscrições para o II Seminário de Informação e Documentação Jurídicas do Maranhão (SEDIJur/MA), que será realizado de 5 a 7 de dezembro, no Fórum de São Luís. O encontro vai tratar sobre a segurança e preservação da informação e documentação jurídicas nas organizações.

# Irmão do prefeito de Pinheiro tem prisão decretada por espancar a ex-mulher

PÁG. 12 [C1]



Lúcio André Genésio está com prisão decretada, por ter agredido sua ex-mulher, a advogada Ludmila

# Irmão do prefeito de Pinheiro tem prisão decretada por espancar a ex-mulher

Durante o Plantão Criminal da madrugada desta segunda-feira (13), foi decretada a prisão preventiva de Lúcio André Genésio, irmão do prefeito da cidade de Pinheiro, João Luciano Silva Soares (PP). A expedição do documento ocorreu porque ele agrediu a ex-mulher, a advogada Ludmila Rosa Ribeiro da Silva, crime que gerou revolta na população daquele município. Lúcio espancou a advogada na noite de sábado (11), em São Luís, iniciando as agressões na área da Lagoa da Jansen, após um jantar em um restaurante. Ele, segundo o Boletim de Ocorrências (BO) registrado no Plantão de Polícia Civil do Cohatrac, obrigou a vítima a postar fotos nas redes sociais de ambos juntos, e ainda ordenou que Ludmila Rosa lhe

entregasse o celular, com o intuito de verificar possíveis conversas dela com outro homem. Segundo consta no BO, ela postou as fotos, mas se recusou a entregar o aparelho, o que o levou a pedir a conta do restaurante e a sair do local acompanhado da advogada, que foi agredida dentro do carro do irmão do prefeito e também na casa dela, no bairro da Cohama. Como declarado no documento, Lúcio quebrou o celular da ex-mulher e a empurrou para fora do veículo. Vizinhos da vítima impediram que ele atropelasse Ludmila e o imobilizaram, pois ele estava fora de si. No Plantão do Cohatrac, ele foi liberado após o pagamento de fiança de R\$ 4.685 mil já na madrugada de domingo (12). Enquanto isso, Ludmila foi levada



Lúcio André Genésio está com prisão decretada, por ter agredido sua ex-mulher, a advogada Ludmila Ribeiro

a um hospital, onde foi submetida a exames médicos. Conforme informações da polícia, Lúcio já havia espancado a advogada no ano passado, quando ele estava grávida de cinco meses, em Pinheiro.

Ontem, o juiz Clésio Coelho Cunha, do Plantão Criminal, decretou a prisão preventiva do autor das agressões com base nos pedidos da promotora Bianka

Sekkef Sallem Rocha.

## APURAÇÃO DO CASO

A Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) informa que determinou a imediata apuração do caso pela Corregedoria Geral do Sistema de Segurança Pública. A SSP ressalta, também, que o episódio está sendo investigado pela Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM).

## Audiência pública

# Judiciário ouve população da Comarca de Cururupu

A população da Comarca de Cururupu – distante 448 km de São Luís – e região será consultada sobre os serviços e atuação do Poder Judiciário, em audiência pública a ser realizada no dia 23 deste mês.

O evento acontece às 10h, no auditório da Secretaria Municipal de Saúde (Rua Ático Seabra, nº 159, Centro), sob a coordenação do desembargador Ricardo Duailibe, ouvidor-geral do Poder Judiciário do Maranhão.

Na audiência, serão recebidas sugestões e reclamações da população de Cururupu e demais comarcas do polo judicial de Pinheiro – Bacuri, Bequimão, Cândido Mendes, Carutapera, Cedral, Cururupu, Governador Nunes Freire, Guimarães, Maracaçumé, Matinha, Mirinzal, Penalva, Pinheiro, Santa Helena, São Bento, São João Batista, São Vicente Ferrer, Turiaçu e Viana.

As audiências públicas objetivam promover maior aproximação entre o Poder Judiciário e a sociedade, como uma ferramenta onde a comunidade pode apresentar denúncias ou pedidos que contribuam para o aperfeiçoamento dos serviços judiciais.

As manifestações apresentadas pelos jurisdicionados durante o evento serão encaminhadas aos setores competentes do Judiciário. Os questionamentos serão esclarecidos em tempo hábil e os interessados serão informados sobre os resultados de suas sugestões e reclamações.

### RESULTADOS

Esta é a quinta audiência pública promovida pela Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão em 2017, que também aconteceram nas comarcas de Açailândia (março), Pedreiras (junho), Santa Inês (setembro) e Tutóia

(setembro). Os pedidos da população e dos magistrados das comarcas consultadas resultaram na criação de novas varas judiciais em Santa Inês e Açailândia, esta de competência criminal.

Um projeto de acessibilidade e pedido de criação de uma nova vara para a Comarca de Pedreiras foi entregue à administração do TJ, e encontra-se em análise. A audiência pública será transmitida ao vivo pela Rádio Web Justiça do Maranhão, podendo ser acessada na página principal do Portal do Judiciário ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)) ou pelos aplicativos da Rádio Web Justiça do Maranhão disponíveis gratuitamente para os sistemas iOS e Android.

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão funciona no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís, no Calhau (piso térreo). O órgão pode ser acionado pelo telefone 0800 707 1581 (Telejudiciário); por formulário eletrônico, disponível no site [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br); e-mail ([ouvidoria@tjma.jus.br](mailto:ouvidoria@tjma.jus.br)); “Fale Conosco” da Corregedoria e da Presidência; ou presencialmente.

(Assessoria de Comunicação do TJMA)



Lucas Porto continua preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em razão do assassinato de Mariana Costa

## Assassinato

# UM ANO APÓS MATAR MARIANA COSTA, LUCAS PORTO INSISTE EM QUERER PROVAR QUE É INSANO

Nesta segunda-feira (13), completou um ano da morte de Mariana Menezes de Araújo Costa Pinto, de 33 anos, que era filha do ex-deputado estadual Sarney Neto e sobrinha-neta do ex-presidente da República e senador José Sarney. Ela foi estuprada e assassinada no apartamento em que morava, em São Luís. Nesse intervalo, o acusado por esse crime, Lucas Ribeiro Porto, 37, cunhado da vítima, continua tentando provar que cometeu o delito porque possui um distúrbio mental.

PÁG. 1 [C2]

## Assassinato de Mariana Costa completa um ano e Lucas Porto ainda tenta provar sua insanidade mental

**Nelson Melo**

Nesta segunda-feira (13), completou um ano da morte de Mariana Menezes de Araújo Costa Pinto, de 33 anos, que era filha do ex-deputado estadual Sarney Neto e sobrinha-neta do ex-presidente da República e senador José Sarney. Ela foi estuprada e assassinada no apartamento em que morava, em São Luís. Nesse intervalo, o acusado por esse crime, Lucas Ribeiro Porto, 37, cunhado da vítima, continua tentando provar que cometeu o delito porque possui um distúrbio mental. Como a reportagem do Jornal Pequeno acompanhou em suas matérias, a publicitária Mariana Menezes de Araújo Costa Pinto foi encontrada morta na tarde de 13 de novembro de 2016, no nono andar de um condomínio na Avenida São Luís Rei de França, no Turu, em São Luís. Ela havia acabado de chegar do restaurante com Lucas Porto e outros familiares, em uma espécie de confraternização, e depois se deitou no quarto, para descansar um pouco, enquanto Porto saiu do apartamento.

Em seguida, o empresário retornou ao apartamento e invadiu o quarto da cunhada. De imediato, ele forçou uma relação sexual e acabou estuprando Mariana, para depois matá-la por asfixia com o uso de um travesseiro. Na sequência, Lucas Porto fugiu do local, mas as câmeras de segurança do condomínio filmaram a presença dele no ambiente, o que foi crucial para que fosse apontado como o principal suspeito pela morte de Mariana. A partir de uma investigação da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), ele foi preso.

Confirmação de conjunção carnal: em laudos periciais divulgados no fim do ano passado, foi confirmada a conjunção carnal no estupro sofrido por Mariana Costa pelo seu cunhado Lucas Porto. O resultado foi relatado em entrevista coletiva realizada 16 de dezembro de 2016, na sede da Secretaria de Segurança Pública (SSP). A Perícia Criminal constatou também que nenhum

dos dois tinha feito uso de entorpecentes no dia do crime. No corpo dele, havia várias lesões nos braços, tórax e no rosto, o que, para os peritos, eram um sinal de que a vítima lutou contra o agressor para tentar escapar de suas garras. Lucas ainda se desfez das roupas que vestia no momento do crime e apagou todos os registros de ligações do seu celular. A juíza Andrea Maia, da Central de Inquéritos, decretou a prisão preventiva do suspeito. Durante a audiência de custódia, a defesa dele ainda tentou o relaxamento da prisão em flagrante, sob a alegação de que não foram anexadas nos autos as imagens do circuito de TV do condomínio onde a vítima morava.

## **Avaliações de sanidade mental são realizadas no Nina Rodrigues**

Em dois meses, Lucas foi submetido a quatro avaliações de sanidade mental, realizados no Hospital Nina Rodrigues, no Monte Castelo, em São Luís. Os exames foram o resultado de pedido feito pela defesa do réu. O primeiro aconteceu 17 de agosto, sendo que os advogados dele instruíram o pedido do laudo psiquiátrico com base no Artigo 49 do Código de Processo Penal, que diz que “quando houver dúvidas sobre a integridade mental do acusado, o juiz ordenará (...)

seja este submetido a exame médico-legal”. A seguinte avaliação médica aconteceu 31 de agosto, igualmente no Nina Rodrigues. Já a terceira foi registrada 28 de setembro. No hospital, o exame foi feito por um médico psiquiatra do Núcleo de Perícia do Maranhão, sendo que perdurou por aproximadamente uma hora. Um questionário foi entregue a Lucas Porto para ser respondido, para que a equipe anotasse informações verificadas sobre sua conduta e pensamento.

E, para finalizar, os psiquiatras o avaliaram novamente, pela quarta vez, no dia 5 de outubro. O prazo para que o laudo fique pronto é de 60 dias, sendo que será entregue à Justiça, que decidirá se Porto é insano ou não. O acusado, enquanto não é julgado, continua preso em uma cela do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Porto confessou o estupro e assassinato de Mariana, o que foi divulgado pela Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP/MA).

## Acusado não é ouvido em audiência no Fórum do Calhau

Em uma audiência ocorrida 18 de maio deste ano, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, em São Luís, sobre o assassinato de Mariana Menezes de Araújo Costa Pinto, o acusado, Lucas Ribeiro Porto, não foi ouvido pelas partes. Os seus advogados argumentaram que o cliente somente seria interrogado diante do Poder Judiciário quando todo o processo investigativo sobre esse crime seja concluído. Presidida pelo juiz titular da 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, José Ribamar Goulart Heluy Júnior, a audiência começou no turno matutino, mas apenas uma das testemunhas de defesa, Flávia Raquel Costa, 29, foi ouvida. Ela, como informado no local diante do magistrado, trabalhou por um período de 4 anos e 8 meses na residência do acusado. Flávia chegou a afirmar que não havia coerência em servir como testemunha nesse caso. Em outro momento, ela também disse que não esteve no local no dia do crime e ficou sabendo do fato por meio da mídia. Em suas palavras, apenas trabalhou “na casa do acusado”, mas não teve “contato com a família no dia do assassinato de Mariana”. Flávia Raquel discursou diante do juiz e dos advogados de defesa, e, também, do promotor Gilberto Câmara Júnior, e do advogado João Batista Ericeira, assistente do Ministério Público.

### PEDIDOS DA DEFESA

Para que o seu cliente não fosse interrogado durante essa audiência, os advogados de Lucas argumentaram ao Poder Judiciário e ao Ministério Público que Porto

que somente iria ser ouvido após serem trazidos os autos dos depoimentos das duas testemunhas, que serão ouvidas por carta precatória, porque moram em outros estados. Em outra argumentação, a defesa alegou que o seu cliente estaria doente – manifestada em uma virose - e tinha raspado o cabelo no presídio, sendo que esses fatores poderiam atrapalhar o seu depoimento diante das autoridades. Contudo, o MP não concordou com essas alegações, assim como o magistrado, que negou o pedido. Sendo assim, os advogados, então, disseram que Lucas somente seria interrogado após a conclusão de todo o processo investigativo. Esse processo investigativo está sendo realizado pela Polícia Civil a partir de autos complementares. Os advogados conseguiram, ainda, que fosse concedida uma instrução de incidência de insanidade mental, sendo que o pedido foi deferido pelo MP e pelo Poder Judiciário. Esse procedimento deverá ser feito por um perito do Hospital Nina Rodrigues.

### PRIMEIRA AUDIÊNCIA

Ocorrida no dia 16 de março deste ano, na primeira audiência foram ouvidos o marido da vítima, a ex-mulher do acusado e irmã de Mariana Menezes, e uma amiga dela, assim como o delegado Lúcio Rogério do Nascimento, chefe do Departamento de Homicídios da Capital, vinculado à SHPP. Foram ouvidas, ainda, uma irmã da vítima, e mais três testemunhas da acusação. Bem como a psicóloga Ruth Júlia do Nascimento e o psiquiatra Geraldo Melônio. Três

testemunhas foram dispensadas e uma não foi encontrada para ser intimada. Das 16 testemunhas arroladas (oito de defesa e oito de acusação), duas foram ouvidas por carta precatória em Paragominas, no estado do Pará e em Fortaleza, no Ceará.

A audiência, naquela data, foi presidida pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior, titular da 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís. Na ocasião, os advogados do réu argumentaram ao Poder Judiciário e ao Ministério Público que Porto somente iria ser ouvido após serem trazidos os autos dos depoimentos das duas testemunhas, que seriam ouvidas por carta precatória, porque moram em outros estados.

Em outra argumentação, a defesa alegou que o seu cliente estaria doente –manifestada em uma virose - e tinha raspado o cabelo no presídio, sendo que esses fatores poderiam atrapalhar o seu depoimento diante das autoridades. Contudo, o MP não concordou com essas alegações, assim como o magistrado, que negou o pedido. Sendo assim, os advogados, então, disseram que Lucas somente seria interrogado após a conclusão de todo o processo investigativo. Esse processo investigativo está sendo realizado pela Polícia Civil a partir de autos complementares. Os advogados conseguiram, ainda, que fosse concedida uma instrução de incidência de insanidade mental, sendo que o pedido foi deferido pelo MP e pelo magistrado.



Mariana Costa foi estuprada e morta há um ano no apartamento em que morava



Lucas Porto permanece preso no Complexo de Pedrinhas

## **Município de Açailândia deve arcar com cirurgia de paciente cardíaco**

Uma sentença proferida pela 2ª Vara de Família de Açailândia condenou o Município a fornecer para C.G.R.A o tratamento cirúrgico com cardiologistas para correção de Tetralogia de Fallot e, ainda, realizar qualquer outra medida médica que se faça necessária a fim de tratar de seu problema de saúde, seja consulta, exame ou medicamento e ajuda de custo para dois acompanhantes. Em caso de descumprimento da sentença judicial, deverá o Município pagar multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais) em favor do paciente.

A parte autora C.G.R.A, representada por sua mãe Maria Antonia de Sousa Rodrigues Bezerra, através da Defensoria Pública, contra o Município de Açailândia, expõe que o requerente necessita ser submetido com urgência a tratamento cirúrgico cardiológico para a correção de Tetralogia de Fallot. Destaca que

o tratamento foi solicitado ao Poder Público, por meio do Ofício nº 126/2016. o pedido enfatiza que o paciente poderá necessitar de outros recursos, como medicamentos, exames, cirurgias e Tratamento Fora do Domicílio. Sustenta o requerente que ele e sua família não dispõem de condições para arcar com os custos do tratamento.

O Município de Açailândia contestou alegando, em síntese: ilegitimidade de parte, requerendo o chamamento aos autos do Estado do Maranhão e a proibição de liminar satisfativa. No mérito, requer a improcedência do pedido haja vista o princípio da isonomia e a separação dos poderes. A Defensoria Pública requereu bloqueio de verbas públicas no valor de R\$ 1.052,00 (um mil e cinquenta e dois reais), referente ao orçamento anexo aos autos, a fim de garantir o imediato cumprimento da decisão judicial.